



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Processo: nº 7.526/1993 (r).
Origem: Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SEF/DF.
Assunto: Admissão de Pessoal.
Ementa: Concurso público para provimento de vagas para o cargo de Auditor Tributário da Carreira Auditoria Tributária do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, objeto do Edital Normativo nº 228/93-IDR, de 26.11.93, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF de 29.11.1993.

. Decisão TCDF nº 3262/2009: sobrestamento do feito até o deslinde da Ação Civil Pública nº 2004.01.1.098849-6 e do Mandado de Segurança nº 2007.00.2.000440-3 - (fls. 1443).

. Juntada de requerimento formalizado pelo Sindicato dos Funcionários Integrantes da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal - SINAFITE-DF (fls. 1.446/1.471).

. A Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIPE/TCDF, às fls. 1.482/1.491, sugere ao egrégio Plenário: "I - levantar o sobrestamento; II - tomar conhecimento das decisões elencadas no item II, alínea "a", bem como dos documentos citados nas alíneas "b" e "c" da referida Informação; III - expedir determinação à jurisdição; IV - considerar que o requerimento de João Carlos Machado, Anella Ottati, Maurício José Pereira e Eduardo Nascimento Lima Sobrinho (fls. 1042-1094) perdeu seu objeto, indeferindo-se, por via de consequência, o pedido de sustentação oral então formulado; e V - dar conhecimento da presente decisão à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SEF-DF, à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEPLAG-DF, à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, à João Carlos Machado, à Anella Ottati, à Maurício José Pereira e à Eduardo Nascimento Lima Sobrinho, signatários de requerimento encaminhado a este Tribunal (fls. 1042-1094), bem como ao Sindicato da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal - SINAFITE-DF."

. O Ministério Público de Contas do Distrito Federal - MPC/DF, às fls. 1.495/1.497-v, opina pelo acolhimento das sugestões ofertadas pela SEFIPE.

. VOTO. Acolhimento parcial das manifestações harmoniosas da SEFIPE e do *Parquet*. Conhecimento de decisões e de documentos. Levantamento de sobrestamento. Determinação a órgãos jurisdicionados. Perda do objeto de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1499
Proc.: 7526/93
Rubrica

requerimento. Ciência da decisão que vier a ser adotada aos jurisdicionados e aos interessados. Devolução dos autos à SEFIPE.

RELATÓRIO

Cuidam os autos do acompanhamento do concurso público para provimento de vagas para o cargo de **Auditor Tributário da Carreira Auditoria Tributária do Quadro de Pessoal do Distrito Federal**, objeto do Edital Normativo nº 228/93-IDR, de 26.11.1993, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF de 29.11.1993.

Na derradeira fase processual foi editada a **Decisão nº 3.262/2009**, nos seguintes termos (fls. 1.443):

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - determinar o sobrestamento do processo, até o deslinde da Ação Civil Pública nº 2004.01.1.098849-6 e do Mandado de Segurança nº 2007.00.2.000440-3; II - determinar, ainda, o retorno dos autos à 4ª Inspeção de Controle Externo, para os procedimentos pertinentes e, em especial, para acompanhar o trâmite dos processos mencionados no item anterior."

Da Instrução formulada pela **Divisão de Atos de Admissões/Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE/TCDF**, cumpre reproduzir o que segue - (fls. 1482/1491):

"I. SÍNTESE DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 2004.01.1.098849-6 E SEUS DESDOBRAMENTOS

4. Em out-04, o d. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - TJDF/DF ajuizou a **Ação Civil Pública nº 2004.01.1.098849-6**, não tendo logrado êxito na sentença proferida pelo juízo de 1º grau da 7ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal - nov-09 -, o que, de per si, por sua completude e incontestada clareza, explica a lide em apreço, razão pela qual opta-se pela sua integral reprodução, **verbis**.

"Circunscrição :1 - BRASILIA

Processo: 2004.01.1.098849-6

Vara: 111 - PRIMEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

SENTENÇA



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1500
Proc.: 7526/93
Rubrica

Vistos, etc.

Trata-se de uma AÇÃO CIVIL PÚBLICA promovida pelo Ministério Público do Distrito Federal contra o DISTRITO FEDERAL pretendo a anulação do ato da Secretaria de Gestão Administrativa pertinente a nomeação de candidatos aprovados em concurso público para o cargo de Auditor Tributário, nos termos do Edital nº 228/1993.

Alega o requerente:

Que o requerido, por meio de sua Secretaria de Gestão Administrativa, abriu mencionado concurso público, com validade de seis meses, contada a partir da homologação do resultado, que ocorreu em 10/07/1995, conforme edital nº 103/1995.

Que os candidatos aprovados foram nomeados no dia 19 de julho do mesmo ano. Que, como é comum ocorrer em certames desta natureza, vários candidatos insurgiram-se judicialmente contra o resultado do concurso.

Que em 2001, o Superior Tribunal de Justiça, julgando o EResp 174.291/DF, anulou as questões 1 e 10 da prova de contabilidade, do referido concurso, estendendo-se expressamente os efeitos desta decisão a outros candidatos na mesma situação, conforme o disposto no artigo 47 do Código de Processo Civil.

Que a Secretaria de Gestão Administrativa, em 18/04/2002, deu cumprimento à decisão do STJ, anulando mencionadas questões e gerando a aprovação de mais de 40(quarenta) candidatos, cuja nomeação deu-se em 01/07/2002.

Que, posteriormente, na apelação cível nº 46.865/97, o Tribunal de Justiça do DF, no ano de 1998, declarou a nulidade das questões 1 e 2 da prova de Direito Tributário, apenas em favor dos apelantes Ester Lílian Alves de Castro, Sérgio Paulo Futer, Márica Deamorin Guerra, Javan Madeira dos Santos, Sandra Farias de morais, Valéria Abdala Mendonça Ribeiro, Geraldo Vicente da Silva, Zelma Helenir Garcia, Abílio José dos santos, Jorge Cardoso Pires, Sara Mariano Costa, Clóvis Emílio Costa Nogueira, Wellington Miranda França e Marcus Vinícius de Oliveira.

Que, em que pese os efeitos da decisão proferida pelo TJDF terem alcançado apenas os apelantes que figuravam na ação, a Secretaria de Gestão



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1501
Proc.: 7526/93
Rubrica

Administrativa, sponte própria, ampliou os efeitos da decisão para abarcar os demais candidatos, gerando uma reclassificação geral e a aprovação de mais cinco candidatos, conforme edital nº 02/2003.

Que, em 8 de março de 2003, quase dez anos depois da realizado concurso, a Secretaria de Gestão Administrativa publicou o Edital nº 4/2004-SGA, pelo qual anulou a questão nº 6 de Direito Tributário, estendendo o referido ponto a todos os candidatos que "tenham respondido a referida questão em desacordo com o gabarito aplicado à época da correção da prova, independentemente de pedido formal".

Que, por meio da mesma decisão, constituiu Banca examinadora, composta por três profissionais estranhos à Administração do Distrito Federal, "para se manifestar, conclusivamente, a respeito da legalidade, formulação e adequação programática das questões nº5 e 6 da Prova de Contabilidade e da Prova de Redação Técnica" e determinou à Subsecretaria de Recursos Humanos a adoção de providências com o fito de elaborar o novo Edital de reclassificação dos candidatos.

Que tais fatos afrontam dispositivos da Constituição Federal, bem como os Princípios da Moralidade, Eficiência, Legalidade, Isonomia e Impessoalidade.

Que, considerando que o resultado final do concurso foi homologado em 10 de julho de 1995, e os candidatos aprovados foram nomeados no dia 19 de julho do mesmo ano, e considerando, ainda, que não houve prorrogação do prazo de validade do certame, não restam dúvidas de que o prazo de validade do concurso expirou em janeiro de 1996.

Que, assim sendo, a partir daquela data, salvo por força de decisão judicial nenhuma questão poderia ser anulada, nenhum ato poderia ser revisto e nenhum candidato poderia ser convocado, pelo simples motivo de que o concurso não tem mais validade, pois o prazo tem natureza decadencial, não se suspendendo, não se interrompendo e não se prorrogando.

Em sede de antecipação de tutela requereu a imediata suspensão da decisão da Secretaria de Gestão Administrativa publicada no DODF de 04/03/2004 e abstenção por parte da requerida de promover quaisquer atos relativos ao referido



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1502
Proc.: 7526/93
Rubrica

concurso.

No mérito, requereu a citação dos candidatos beneficiados com os atos ilegais praticados, a procedência dos pedidos requeridos em sede de antecipação de tutela; a anulação do ato da Secretaria de Gestão Administrativa, que, após o transcurso do prazo de validade do concurso, ampliou de ofício os efeitos da Apelação Cível nº 46.865/97 (editais nº 2 de 25 de março de 1995) e nomeou novos candidatos não abarcados pela decisão retromencionada; a anulação de todos os atos da mencionada Secretaria relacionados ao concurso para o cargo de Auditor Tributário regido pelo edital nº 228/1993, não decorrentes de cumprimento de decisão judicial, praticados após o dia 10 de janeiro de 1996; Juntou documentos às fls.20/62.

Citado, o requerido apresentou contestação (fls.73/93) alegando, em suma, o que se segue:

Que a presente ação indica equivocadamente somente o Distrito Federal, quando deveria integrar o polo ativo o agente público responsável pela prática do ato que ensejou a presente demanda. Que, conforme manifestação de fls.82/92, do processo nº 030.002.017/2002, a anulação das questões do certame restou vinculada à validade do concurso.

Que ambos os Tribunais, tanto o TJDF quanto o STJ têm entendimento pacífico de que o marco inicial da contagem do prazo de validade do certame nem sempre é a data da homologação final do mesmo, porque havendo sucessivas nomeações e reclassificações, a cada uma delas reabre-se o prazo de validade do concurso.

Que tal manifestação foi levada à apreciação da PRG/DF, onde foram mantidos os termos da anterior oitiva.

Que o Procurador-Chefe da 2ª SPR da PRG/DF aprovou pela nulidade da questão nº 6 da prova de Direito Tributário, razão pela qual a Administração quedou-se diante dos reiterados pronunciamentos, em atendimento não apenas ao princípio da economicidade, aventado pela PEG/DF, mas também em sintonia com a jurisprudência a respeito do tema abordado na questão e na disciplina insertas no Decreto nº 12.192/90.

Ao final, requer seja indeferida a antecipação de tutela, bem como sejam julgados improcedentes os



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1503
Proc.: 7526/93
Rubrica

pedidos formulados pelo requerente.

Às fls.96/106, consta documentação enviada pela Secretaria de Estado de Gestão Administrativa.

A tutela antecipada foi indeferida às fls. 107.

Réplica às fls. 109/204 com pedido de reconsideração do deferimento da tutela antecipada.

O Ministério Público interpõe agravo de instrumento contra a decisão de indeferimento da tutela antecipada (fls. 210/228), cujas informações foram prestadas às fls. 230/236.

Às fls. 284/297 foi juntada decisão TCDF acerca da matéria dos autos.

Ao agravo de instrumento foi negado provimento (fl..304/18). Intimadas as partes a se manifestarem acerca do ingresso de Marcelo Ribeiro Alvim e Kiyohisa Miike como assistentes litisconsorciais; a requerida não se opôs (fls.302) e o Ministério Público impugnou por ausência de interesse jurídico (fls. 320).

As partes não especificaram provas.

Às fls. 336/7 foi juntada decisão interlocutória prolatada na Ação Popular nº 2006.01.1.105432-2, em que contende João Alves de Oliveira e o Distrito Federal.

Foi certificado às fls.339 que o pedido de ingresso como assistente litisconsorcial de Marcelo Ribeiro Alvim e Kiyohisa Miike foram recebidos como incidentes processuais de impugnação e remetidos para nova distribuição por dependência (autos nº 21035-6 e 21029-2, em apenso).

É o relatório. Decido.

Afasto a preliminar aventada pelo requerido, porque não há pertinência entre o agente público responsável pelo ato e a relação jurídica discutida em juízo.

A relação judicializada diz respeito à anulação de atos pertinentes ao concurso público.

Não se requer, na presente demanda, direito indenizatório, a justificar qualquer eventual direito regressivo contra o agente público responsável pelo ato. Incabível, assim, a preliminar.

No mérito, resta saber na presente demanda, se os editais publicados pelo requerido, anulando questões das provas e, via reflexa, reclassificando



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1504
Proc.: 7526/93
Rubrica

candidatos, se fizeram dentro do prazo de validade do concurso público. Para isso, importa saber qual o marco inicial do prazo de validade do presente concurso: o da homologação ocorrida em 10/7/1995, ou se o prazo conta-se a partir da publicação de cada edital que anula uma questão da prova e promove nova reclassificação dos candidatos, e, via contínua, nova nomeação?

Outra questão a ser dirimida na presente demanda diz respeito ao poder de revisão da Administração de seus próprios atos: se esse ofendeu a coisa julgada e se esse foi ou não extemporâneo ao prazo de validade do concurso.

Passo a análise da primeira questão: qual o marco inicial do prazo de validade do concurso?

Ressalte-se que o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal estabelece que o prazo de validade do concurso público e sua prorrogação, mas não determina o seu termo inicial.

Verifica-se, portanto, que o marco inicial fica adstrito ao que dispor a lei específica do concurso público, ou seja, o edital.

O edital nº 228/93, que regulou o concurso "in casu", trouxe, em sua cláusula 11 (fls.21), o prazo de validade do concurso, senão vejamos:

11- DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO

11.1 - o prazo de validade do Concurso será de 06 (seis) meses, a partir da data de publicação, no Diário Oficial do Distrito Federal, do Edital de homologação do Resultado Final do Concurso, sendo prorrogável, uma única vez, por igual período, segundo interesse da Administração. (grifos no original e acrescidos)

Dessa cláusula se extrai que o referido edital estabeleceu o marco inicial do prazo de validade, ou seja, o Edital de homologação do Resultado Final do Concurso.

Contudo, há que se saber qual é o Edital de homologação do Resultado Final do Concurso: se é o publicado em 10 de julho de 1995, ou se, em razão das homologações parciais e sucessivas oriundas das diversas decisões anulando questões da prova, é último desses editais publicados.

Da jurisprudência pátria se extrai que, em assunto de HOMOLOGAÇÕES PARCIAIS E SUCESSIVAS, no intuito de proteção ao jurisdicionado, o prazo de validade



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1505
Proc.: 7526/93
Rubrica

do concurso só se inicia a partir do último edital publicado, ocasião em que surge a lesão, e, via contínua, a pretensão.

Eis a ementa e os trechos do acórdão prolatado pelo TJDF-T na Apelação Cível nº 1998.01.1.039710-4:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO - PRAZO PARA RECLAMAR CONTRA NOMEAÇÕES - PRETERIÇÃO DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

- Havendo convocação de grupos sucessivos de candidatos aprovados em concurso público, o prazo de sua validade conta-se a partir da homologação do resultado final, reiniciando em cada nova convocação. A nomeação de candidato classificado em situação inferior, em detrimento de outro melhor classificado, fere direito líquido e certo, assegurado pela Constituição Federal. Recursos oficial e voluntário conhecidos e improvidos.

(...)

"Consoante o Edital nº 007/91 regulamentador do concurso público em questão, o prazo de validade expirou-se em 15 de março de 1994, uma vez que o resultado final foi homologado em 15 de março de 1993. No entanto, há nos autos notícia de que outros candidatos, por força de decisão judicial, foram incorporados e o resultado final destes candidatos homologados após aquela data, o que faz reiniciar o prazo previsto para a validade do certame. Este é o entendimento adotado por este egrégio Tribunal de Justiça, conforme o precedente jurisprudencial citado na petição inicial. Aliás, não comprovou o Distrito Federal a data em que houve a homologação do resultado final, em relação a esses candidatos, de modo que não se pode verificar a expiração ou não do prazo de validade do certame." (trecho do voto da Des. Maria Beztriz Parilha)

(...) "Rejeito a preliminar de carência do direito de ação, pois o prazo de validade do concurso é contado da homologação e publicação do seu resultado final, especialmente quando convocados sucessivos grupos de candidatos, acarretando mais de uma homologação.

No caso, além dessa homologação final, há que se considerar que outros candidatos, até mesmo em razão de decisões judiciais, foram nomeados, ensejando o reinício do prazo." (trecho do voto do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1506
Proc.: 7526/93
Rubrica

Des. George Leite).

Ocorre que, segundo consta dos autos, em 2001, o STJ pronunciou decisão determinando a anulação das questões de 1 e 10 da prova de Contabilidade.

Em 17/04/2002, acatando a ordem judicial, a Secretaria do Estado de Gestão Administrativa providenciou a respectiva anulação das questões, o que importou na publicação do Edital nº10, de 17/04/2002 e reclassificação de candidatos, inclusive, com a inclusão de 40 (quarenta) novos candidatos que não tinham alcançado a aprovação quando o resultado homologado em 10 de julho de 1995. Tais candidatos foram nomeados em 01/07/2002.

Que também houve necessidade de reclassificação dos candidatos, face decisão do TJDF que anulou as questões 1 e 2 da prova de Direito Tributário, publicando o Edital nº2 de 25 de março de 2003.

Que após a publicação desse último edital, vários candidatos impugnaram administrativamente o certame público (protocolos 030.002.017/2002, 030.001.741/1999, 020.001.662/2000 e 020.002.923/2001), requerendo a anulação das questões nº5 e 6 da prova de Contabilidade e nº6 da Prova de Direito Tributário.

Em resposta a esses recursos administrativos, a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa prolatou a decisão de fls.28, a qual anulou a questão nº 6 de Direito Tributário e atribuiu ponto a todos, constituiu Banca Examinadora para analisar as questões de Contabilidade e expediu novo edital reclassificatório dos candidatos (Edital nº 04/2004-SGA, de 08 de março de 2004-fls.29).

Por ocasião do julgamento dos ditos recursos administrativos, a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa ponderou acerca do prazo de validade do concurso e baseou-se na jurisprudência para concluir que houve a reabertura desse em face da publicação do Edital nº10, de 17/04/2002 e do Edital nº2, de 25/03/2003, este último devidamente prorrogado (doc.juntado por linha).

Com efeito, percebe-se que os entendimentos jurisprudenciais se consolidam na proteção do próprio candidato que tem a sua classificação alterada, e, via reflexa, resguardam-lhes o direito de impugnação a partir do surgimento da lesão. Por isso, afirmam que a publicação de novo edital, com



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1507
Proc.: 7526/93
Rubrica

essa natureza, tem o condão de reabertura do prazo de validade.

Calcada nesse entendimento, houve por bem a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa resguardar tal direito, reconhecendo que o ato reclassificatório reabre o prazo de validade do concurso.

Registre-se que o penúltimo Edital publicado (nº2) foi datado de 25/03/2003 e que esse foi devidamente prorrogado, ou seja, teria validade de 06 (seis) meses, mas, face prorrogação, o prazo fatal ficou estabelecido para 24/03/2004.

Considerando que o Edital nº4/2004-SGA foi publicado em 8 de março de 2004, antes do prazo fatal supra narrado, pode-se afirmar que esse se deu dentro do prazo de validade e que reabriu o prazo de validade do concurso.

Portanto, tem-se que HOMOLOGAÇÕES PARCIAIS E SUCESSIVAS em que se vislumbra uma mudança na ordem classificatória dos candidatos, o último edital publicado reabre o prazo de validade do concurso, isso tudo, com vista à proteção do próprio jurisdicionado.

Ao meu sentir, isso sim, é que garante a lisura e segurança jurídica à referida licitação. O jurisdicionado não pode remanescer prejudicado por eventual demora no reconhecimento judicial do seu direito ou por questões de natureza burocrática relacionadas à prática do próprio ato de nomeação.

A reabertura do prazo com a publicação de novo edital lhe resguarda como devido.

Prosseguindo, resta decidir até quando tem a Administração Pública competência para anular seus próprios e se o pode fazer além daquilo que lhe foi determinado pela coisa julgada.

A requerente se insurge quanto ao fato da Secretaria de Estado e Gestão Administrativa ter determinado a anulação da questão nº6 de Direito Tributário, concedendo ponto para todos os candidatos, através da publicação do Edital nº 04/2004-SGA, de 8 de março de 2004. Alega que o fez fora do prazo de validade do concurso, porque sustenta que o marco inicial é a homologação datada de 10 de julho de 1995.

Ora, se a publicação de novo edital reclassificatório reabre o prazo de validade do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1508
Proc.: 7526/93
Rubrica

concurso, via contínua, reabre-se o prazo para que os candidatos interponham recursos contra o certame.

No presente processo, foram interpostas diversas impugnações administrativas (protocolos 030.002.017/2002, 030.001.741/1999, 020.001.662/2000 e 020.002.923/2001), requerendo a anulação das questões nº 5 e 6 da prova de Contabilidade e nº 6 da Prova de Direito Tributário.

Se for concedido ao candidato impugnar a matéria, tem que ser concedido à impugnada o direito de analisar o questionamento. É ilógico imaginar que o candidato tem direito a impugnar a validade do certame, administrativamente, mas não tem a Administração Pública o direito (leia-se dever) de se pronunciar a respeito.

Aliás, caso não apreciasse os recursos dos candidatos, ofenderia a Administração Pública o direito de petição que lhe é constitucionalmente garantido.

Como o concurso encontrava-se em plena validade, face reabertura do prazo de validade com a publicação do Edital nº 2, de 25 de março de 2003, a Secretaria do Estado de Gestão Administrativa entendeu por anular a questão nº 6 da prova de Direito Tributário, isso o fazendo pela prerrogativa que lhe concede o ordenamento jurídico de "anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos".

Presentes os mesmos embasamentos, ou seja, poder de anulação dos próprios atos dentro do prazo de validade do concurso, legítima também é a atuação da Administração Pública, dentro de sua discricionariedade, de nomear Banca Examinadora para analisar as questões nº 5 e 6 da prova de Contabilidade.

Por fim, há que se enfrentar a questão da extensão a todos os candidatos dos pontos oriundos da anulação das questões nº 1 e 2 da prova de Direito Tributário pelo TJDF, feita através da publicação do Edital nº 2 de 25 de março de 2003.

Consoante a requerente, ao atribuir pontos a todos os candidatos, ofendeu o requerido a coisa julgada, haja vista que o acórdão prolatado apenas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1509
Proc.: 7526/93
Rubrica

reconheceu tal direito aos autores do processo judicial.

Não vislumbro descumprimento do v. acórdão do TJDFT pelo requerido, porque, como determinado, as questões nº 1 e 2 de Direito Tributário foram anuladas e os pontos atribuídos aos autores.

Não vedou o v. acórdão que os pontos fossem atribuídos a todos os candidatos, muito menos determinou que fossem feitos exclusivamente aos autores.

O requerido, ao estender os pontos a todos os candidatos, o fez atendendo ao princípio constitucional da impessoalidade que, em se tratando de Administração Pública, se reveste num dever a ser seguido.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Melo, o princípio da impessoalidade se "traduz na ideia de que a Administração tem que tratar todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimenotas. Nem favoritismo nem perseguições são toleráveis. Simpatias ou animosidades pessoais, políticas ou ideológicas não podem interferir na atuação administrativa e muito menos interesses sectários, de facções ou grupos de qualquer espécie. O princípio em causa não é senão o próprio princípio da igualdade ou isonomia". ("in" Curso de Direito Administrativo, 20ª edição, pág.102).

A própria Constituição Federal, ao estabelecer em seu inciso II do artigo 37, que o acesso ao cargo função ou emprego público depende de concurso público, o faz no pilar do princípio da impessoalidade, exatamente para que todos possam disputar o certame em plena igualdade. Não estender os pontos anulados a todos os candidatos, importaria em ofensa direta ao texto constitucional.

Pelo esposado, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da ação civil pública. Deixo de condenar o Ministério Público nos ônus da sucumbência, porque agiu no exercício da função institucionalizada pela Constituição, preordenado à defesa do interesse metaindividual, não havendo nenhum interesse próprio a ser protegido. A parte vencida é isenta de custas.

Oficie-se a 2ª Instância a respeito da decisão prolatada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1510
Proc.: 7526/93
Rubrica

P.R.I.

Brasília - DF, terça-feira, 17/11/2009 às 18h34.

Processo Incluído em pauta: 18/11/2009" (sem grifos no original)

5. Ocorre que, o v. Acórdão nº 765.304 da 4ª Turma Cível do Egrégio Tribunal de Justiça e dos Territórios - TJDF - fev-14 - reformou a sentença prolatada pelo juízo a quo, com trânsito em julgado em, precisamente, 05.11.15, com ganho de causa para o d. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - TJDF. Senão, vejamos.

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONCURSO PÚBLICO. AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO. EDITAL 228/93. NULIDADE. São nulos os atos administrativos - **com ressalva dos que decorreram de ordem judicial** - praticados mais de cinco anos após expirado o prazo de validade do concurso público e que importaram na inusitada constituição de nova banca examinadora, anulação de questões, reavaliação de notas e consequente alteração do resultado do certame há anos homologado. (Acórdão nº 765.304, 20040110988496APC, Relator: FERNANDO HABIBE, Revisor: ARNOLDO CAMANHO, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 26/02/2014, Publicado no DJE: 07/03/2014. Pág.: 74)" (sem grifos no original)

6. Nada obstante, em consulta ao sítio eletrônico do Egrégio Tribunal de Justiça e dos Territórios - TJDF, constata-se que o Sindicato da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal - SINAFITE-DF, em 2016, ingressou com a Ação Rescisória nº 0701093-29.2016.8.07.0000 - PJe, em face do acórdão suso transcrito, tendo logrado êxito na aludida ação, consoante v. Acórdão nº 1.075.676 da 1ª Câmara Cível do Colendo Tribunal de Justiça e dos Territórios - TJDF, com trânsito em julgado 23.04.18, fato que conferiu efeito repristinatório a sentença ora exarada - nov-09 - na Ação Civil Pública nº 2004.01.1.098849-6 sub examine.

II. BREVE RESUMO DO MANDADO DE SEGURANÇA nº 2007.00.2.000440-3

7. No tocante ao **Mandado de Segurança nº 2007.00.2.000440-3**, apesar do v. Acórdão nº 393.684 do Conselho Especial do Egrégio Tribunal de Justiça e dos Territórios - TJDF ter **denegado a segurança**, favorecendo, assim, ao Distrito Federal, e do RMS



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1511
Proc.: 7526/93
Rubrica

nº 32109-DF, interposto perante o Colendo Superior Tribunal de Justiça - STJ, não ter sido provido, este restou sobrestado pelo eminente relator, desembargador Vasquez Cruxên, "considerando que o direito líquido e certo defendido no presente mandado de segurança coincide com a mesma tese expendida nos autos da Ação Civil Pública nº 2004.01.1.098849-6, a qual possui maior amplitude, podendo alcançar a todos os candidatos envolvidos no certame em questão", tendo transitado em julgado em 15.10.13.

III. SÍNTESE DO REQUERIMENTO DO SINAFITE-DF

8. O Sindicato da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal - SINAFITE-DF (fls. 1.446-1476), por seu turno, em requerimento datado de 14.05.18, em apertadas palavras e no que há de mais indispensável, carrega aos autos as seguintes notícias e traz os pedidos abaixo:

i. que a Ação Rescisória nº 0701093-29.2016.8.07.0000 - PJe "represtinou" (sic) a sentença proferida Ação Civil Pública nº 2004.01.1.098849-6, confirmando "a validade definitiva dos atos praticados pela administração relativos ao concurso público para Auditor Tributário - Edital nº 228/93", em discussão no presente processo, e que, "a referida sentença, registre-se, possui efeito erga omnes, conforme estabelece o art. 16 da Lei 7.347/1985 que disciplina a ação civil pública"; (grifos no original)

ii. que "a aludida Sentença está perfeitamente alinhada com a Decisão TCDF nº 67/2006, desse Egrégio Tribunal de Contas, proferida no Processo nº 7.526/1993, no sentido de reconhecer a legalidade e, portanto, a validade de todos os atos da Administração relativos ao concurso público de Auditor Tributário - Edital nº 228/1993" (grifos no original - v.g., anulação dos Editais nº 10 e 11/06), não restando alternativa senão nomear os "candidatos que passaram à condição de aprovados, após anulação da prova de Redação Técnica e consequente reclassificação.", redação esta posteriormente anulada pelo poder judiciário por meio do Processo nº 2003.01.5.010004-2 e RESP STJ nº 730.934-DF (transito em julgado em 27.09.11).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1512
Proc.: 7526/93
Rubrica

iii. que, "existem atualmente vagas suficientes para a nomeação dos candidatos, haja vista que a Lei n.º 4.717/2011, que trata da Careira, prevê 1000 vagas para o cargo de auditor fiscal da receita do DF e atualmente há em torno de 440 auditores ativos", e que "assim, com a reclassificação, os candidatos devem ser nomeados, fazendo com que inexista qualquer prejuízo aos candidatos já empossados."

iv. e, por fim, requer:

a) que "seja o Governo do Distrito Federal instado por esse Egrégio Tribunal de Contas a estender os pontos decorrentes da anulação judicial da Prova de Redação Técnica do concurso de Auditor Tributário do DF - Edital nº 228/1993, aos demais candidatos que participaram de todas as fases, inclusive do curso de formação, em observância, também, aos princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, eficiência e segurança jurídica, já que foi exatamente esta a providência adotada pelo GDF quando da anulação judicial (inter partes) das questões 01 e 02 da prova de Direito Tributário, e da questão 06 da mesma prova, anulada administrativamente;" (grifos no original)

b) que, "em decorrência da extensão do pontos, o Governo do Distrito Federal proceda a reclassificação dos candidatos que participaram de todas as fases do concurso, inclusive do curso de formação e promova a nomeação daqueles que passarem à condição de aprovados;" e

c) que, "em decorrência da reestruturação havida na Carreira de Auditoria Tributária do DF, por força da Lei 4.417/2011, a nomeação dos candidatos respeite expressamente o que dispõe o Anexo III - Tabela de Correlação da referida Lei, de forma que o enquadramento ocorra exatamente na mesma condição em que atualmente se encontram os servidores que realizaram o mesmo concurso de auditor tributário, atualmente aproveitados no Cargo Auditor-Fiscal da Receita do Distrito Federal, Padrão V. Classe Especial."



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1513
Proc.: 7526/93
Rubrica

IV. BREVE ANÁLISE DO MÉRITO DO FEITO E SUA CONCLUSÃO

9. De plano, cumpre esclarecer que o requerimento da lavra de João Carlos Machado, Anella Ottati, Maurício José Pereira e Eduardo Nascimento Lima Sobrinho (fls. 1042-1094), conhecido pela Decisão nº 1478/07 (fl. 1.168), prolatada na SO nº 4074, de 10.04.07, perdeu seu objeto, tendo em conta a anulação, pela administração pública, do Edital nº 10/06 e do Edital nº 11/06, publicados, respectivamente, no DODF de 15.09.06 e 25.09.06, conforme instrução anterior desta unidade técnica (fls. 1.413-1.420).

10. Noutro giro, insta consignar que o assunto objeto dos autos se arrasta há quase exatos 25 (vinte e cinco) anos, o que não é crível, até porque as **150 (cento e cinquenta) vagas disponíveis na Cláusula 2 do Edital nº 228/93-IDR, publicado na pág. 27 do DODF de 29.11.93**, já foram devidamente preenchidas, tendo, portanto, o referido certame chegado a seu regular termo.

11. Outro ponto de alta relevância para uma melhor compreensão da questão posta foi a enigmática desistência por parte do poder executivo distrital, em meados de 2011/2012, de realizar o concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro reserva no cargo de Auditor Tributário pela Fundação Universa (enquanto o SINAHITE-DF alega **total** carência de pessoal - a Ação Popular nº 2010.01.1.214507-0 1 [fls. 1.477-1.480] foi extinta sem julgamento de mérito [fl. 1.480], uma vez que a administração pública distrital cancelou o certamente na via administrativa, devolvendo a respectiva taxa de inscrição aos então candidatos), editando, subsequentemente, a Lei distrital nº 4.717/11, que reestruturou a Carreira de Auditoria Tributária do DF, o que gerou uma suposta transposição funcional na reestruturação da carreira de Auditoria Tributária, hoje objeto da ADI nº 4.730-DF que ora tramita no Excelso Supremo Tribunal Federal - STF (art. 37, II, e art. 41, § 3º, ambos da Magna Carta de 1988).

12. Nesse espeque, impossível não reconhecer, ainda que com mínima perspicácia, a existência de supostos conflitos de interesses nos autos, em razão de comportamentos supostamente contraditórios, uma vez que o SINAHITE-DF, como



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1514
Proc.: 7526/93
Rubrica

citado em linhas volvidas, alega hoje total carência de pessoal), gerando um verdadeiro tumulto processual, prejudicando, assim, a supremacia e a indisponibilidade do interesse público, porquanto recai sobre o presente certame incontáveis ações judiciais.

13. Por outro lado, nunca é demais registrar que a fase de **Redação Técnica**, consoante Cláusula 6.2.1.1 do Edital nº 228/93-IDR, publicado na pág. 27 do DODF de 29.11.93, foi elaborada para levar em conta, "além dos conhecimentos específicos de auditoria tributária, o domínio do vernáculo e a capacidade de exposição do pensamento", o que confere significativa importância ao assunto, sob pena de a administração pública distrital admitir candidatos sem a mínima capacidade para o exercício do cargo.

14. Desse modo, impende registrar que, nos termos do Parecer nº 948/2017-ML da 4ª Procuradoria do MPCjTCDF, proferido no bojo do Processo nº 28791/16-e, é competência constitucional desta Colenda Corte de Contas do Distrito Federal o exercício da atividade de controle externo, o qual é garantido também pela conhecida independência das instâncias, ambos amplamente defendidos no âmbito deste Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal.

15. Por derradeiro, insta consignar que o enquadramento pleiteado pelo Sindicato da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal - SINAFITE-DF (fls. 1.446-1476), à luz do Anexo III - Tabela de Correlação da Lei distrital nº 4.717/11 não encontra qualquer guarida legal no ordenamento jurídico pátrio, por total ausência de previsão legal, embora, frise-se, o documento apresentado ainda careça de análise de mérito.

16. Em suma, por tudo demonstrado alhures, como consequência lógico-jurídica do feito em apreço, outra não pode ser a recomendação senão determinar à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SEF-DF e à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEPLAG-DF para que, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, e com o auxílio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, a quem compete prestar consultoria jurídica ao poder executivo distrital, nos termos da Lei Complementar



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1515
Proc.: 7526/93
Rubrica

distrital nº 395/01, que informe a esta Colenda Corte de Contas do Distrito Federal as medidas que deverão ser adotadas pelo Governo do Distrito Federal, à luz das ações judiciais mencionadas no corpo da presente instrução, vedada a nomeação de qualquer candidato do concurso público regido pelo Edital nº 228/93-IDR, publicado na pág. 27 do DODF de 29.11.93, até ulterior deliberação deste Tribunal, nos exatos termos da lei.

17. Ante o exposto, sugere-se ao e. Plenário:

I. levantar o sobrestamento conferido ao feito por meio da Decisão nº 3262/09;

II. tomar conhecimento:

a. do trânsito em julgado da Ação Civil Pública nº 2004.01.1.098849-6, da Ação Rescisória nº 0701093-29.2016.8.07.0000, do Mandado de Segurança nº 2007.00.2.000440-3 e do Processo nº 2003.01.5.010004- 2/RESP STJ nº 730.934-DF, bem como da ADI nº 4.730-DF que ora tramita no Excelso Supremo Tribunal Federal - STF em face do art. 19, do art. 20 e parte do Anexo II da Lei distrital nº 4.717/11 e da fixação de interpretação do art. 2º e do art. 15 do mesmo diploma legal;

b. do documento encaminhado pelo Sindicato da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal - SINAFITE-DF a este Tribunal (fls. 1.446- 1476), alertando-se, desde já, que este ainda pende de análise de mérito; e

c. das fls. 1.477-1.481 acostadas aos autos pela unidade técnica.

III. determinar à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SEF-DF e à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEPLAG-DF para que, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, e com o auxílio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, a quem compete prestar consultoria jurídica ao poder executivo distrital, nos termos da Lei Complementar distrital nº 395/01, informe a esta Corte de Contas do Distrito Federal as medidas que deverão ser adotadas pelo Governo do Distrito Federal, à luz do trânsito em julgado das ações judiciais e da ADI STF nº 4.730- DF, todas mencionadas no inciso anterior, vedada a nomeação de qualquer candidato do concurso público regido pelo Edital nº 228/93-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1516
Proc.: 7526/93
Rubrica

IDR, publicado no DODF de 29.11.93, até ulterior deliberação deste Tribunal, porquanto todas as vagas ofertadas no referido edital já foram devidamente preenchidas, nos exatos termos da lei;

IV. considerar que o requerimento de João Carlos Machado, Anella Ottati, Maurício José Pereira e Eduardo Nascimento Lima Sobrinho (fls. 1042-1094) perdeu seu objeto, tendo em conta a anulação, pela administração distrital, do Edital nº 10/06 e do Edital nº 11/06, publicados, respectivamente, no DODF de 15.09.06 e de 25.09.06, indeferindo-se, por via de consequência, o pedido de sustentação oral então formulado; e

V. dar conhecimento da presente decisão à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SEF-DF, à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEPLAG-DF, à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, à João Carlos Machado, à Anella Ottati, à Maurício José Pereira e à Eduardo Nascimento Lima Sobrinho, signatários de requerimento encaminhado a este Tribunal (fls. 1042-1094), bem como ao Sindicato da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal - SINAFITE-DF."

Em sentido convergente, a ilustre representante do **Ministério Público de Contas do Distrito Federal** que oficiou nestes autos, Procuradora **CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA**, aquiesceu às sugestões ofertadas pela **SEFIPE**, nos seguintes termos (fls. 1.495/1.497-v):

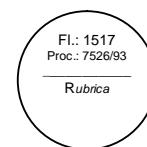
"10. Os autos vieram ao Ministério Público de Contas para parecer, que, de plano, acolhe as sugestões da Unidade Técnica. De fato, havendo trânsito em julgado das demandas judiciais que motivaram o sobrestamento do feito, em 2009, não há óbice ao seu levantamento, para que se examine as providências adotadas em cumprimento ao que restou decidido no âmbito do Poder Judiciário.

11. Vale registrar que, como bem destacou a Unidade Técnica, ainda pendem de exame os documentos encaminhados pelo Sindicato da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal - SINAFITE-DF."

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



VOTO

Em fase anterior destes autos, o Tribunal, por meio da Decisão n.º 3.262/2009, determinou o sobrestamento do presente feito até o desfecho da Ação Civil Pública n.º 2004.01.1.098849-6 e do Mandado de Segurança n.º 2007.00.2.000440-3, bem como a devolução dos autos à **Secretaria de Fiscalização de Pessoal** para os devidos fins, em especial acompanhar as ações até o trânsito em julgado das mesmas.

Desta feita, a **SEFIPE**, às fls. 1.482/1.491, dá notícia da tramitação das demandas judiciais que motivaram o sobrestamento deste feito e do trânsito em julgado das decisões nelas proferidas, a saber: Ação Civil Pública n.º 2004.01.1.098849-6-TJDFT, Ação Rescisória n.º 0701093-29.2016.8.07.0000-TJDFT, Mandado de Segurança n.º 2007.00.2.000440-3-Tjdft e RESP n.º 730.934-DF/STJ.

Cumprir registrar que tramita no Supremo Tribunal Federal a **ADI n.º 4.730- DF**, na qual se discute a constitucionalidade dos artigos 19 e 20 e parte do Anexo II da Lei distrital n.º 4.717/2011 e a fixação de interpretação dos artigos 2º e do art. 15 do mesmo diploma legal. Verifico que, em decisão monocrática de 20.03.2012, o eminente Ministro Marco Aurélio admitiu o Sindicato dos Funcionários Integrantes da Carreira de Auditoria Fiscal do Tesouro do Distrito Federal – SINAFITE como terceiro interessado.

Em decorrência dos fatos que narra, a Unidade Técnica sugere que seja levantado o sobrestamento de que cuida a Decisão n.º 3.262/2009, o que permitirá que esta Corte de Contas volte a apreciar as providências que foram adotadas pelo Distrito Federal, em cumprimento ao que restou decidido em sede judicial.

Com efeito, tendo ocorrido o trânsito em julgado das ações judiciais que venho de mencionar, o momento processual é o de perquirir quais medidas serão adotadas pelo Distrito Federal, à luz das decisões proferidas nos referidos feitos.

Se assim é, divirjo da SEFIPE quando entende que está vedada a nomeação de qualquer candidato do concurso público regido pelo Edital n.º 228/93-IDR, publicado no DODF de 29.11.93, até ulterior deliberação deste Tribunal, porquanto todas as vagas ofertadas no certame já foram devidamente providas nos termos da lei.

Salvo melhor juízo tal entendimento está fundamentado no Acórdão n.º 765.304, proferido nos autos da Ação Civil Pública n.º **2004.01.1.098849-6** nos seguintes termos:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONCURSO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1518
Proc.: 7526/93
Rubrica

PÚBLICO. AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO. EDITAL 228/93. NULIDADE. São nulos os atos administrativos - com ressalva dos que decorreram de ordem judicial - praticados mais de cinco anos após expirado o prazo de validade do concurso público e que importaram na inusitada constituição de nova banca examinadora, anulação de questões, reavaliação de notas e consequente alteração do resultado do certame há anos homologado. (Acórdão nº 765.304, 20040110988496APC, Relator: FERNANDO HABIBE, Revisor: ARNOLDO CAMANHO, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 26/02/2014, Publicado no DJE: 07/03/2014. Pág.: 74)"

O acórdão em tela foi rescindido por aquele exarado nos autos da Ação Rescisória nº **0701093-29.2016.8.07.0000 PJe-TJDFT**, com o seguinte teor:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO RESCISÓRIA. ACÓRDÃO RESCINDENDO. GÊNESE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBJETO. ATOS ADMINISTRATIVOS PRATICADOS PELA SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO DISTRITO FEDERAL RELATIVOS A CONCURSO PÚBLICO. DESCONSTITUIÇÃO DO CERTAME. CARGO. AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO. EDITAL Nº 228/1993- IDR. PRETENSÃO RESCINDENDA. CAUSA DE PEDIR. ERRO DE FATO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO À TEORIA DO FATO CONSUMADO. INEXISTÊNCIA DE ERRO. INSUBSISTÊNCIA. SENTENÇA PAUTADA PELOS ELEMENTOS QUE GUARNECIAM OS AUTOS. PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME. EXPIRAÇÃO. CONVOCAÇÃO E POSSE DE CANDIDATOS POSTERIORMENTE. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DOS ATOS IMPUGNADOS. CANDIDATOS BENEFICIADOS PELOS ATOS ADMINISTRATIVOS ARROSTADOS. CONSEQUÊNCIA DA INVALIDAÇÃO. EXONERAÇÃO. LITISCONSORTES PASSIVOS NECESSÁRIOS. QUALIFICAÇÃO. CITAÇÃO. AUSÊNCIA. NULIDADE ABSOLUTA. RECONHECIMENTO. PEDIDO RESCINDENDO. ACOLHIMENTO. ACÓRDÃO DESCONSTITUÍDO. PRELIMINARES. CARÊNCIA DE AÇÃO. ERRO DE FATO. AFERIÇÃO EM ABSTRATO. PRESENÇA. ADEQUAÇÃO, NECESSIDADE E UTILIDADE DA PRETENSÃO. TEORIA DA ASERÇÃO. RESOLUÇÃO DO PEDIDO. MATÉRIA RESERVADA AO MÉRITO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. FUNDAMENTO. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. VÍCIO INSANÁVEL. INCONPLETUDE DA RELAÇÃO PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DE LITISCONSORTES PASSIVOS NECESSÁRIOS. COISA JULGADA MATERIAL. INCURSÃO PELO DIREITO MATERIAL. PRETENSÃO RESCISÓRIA. ADMISSIBILIDADE NO PLANO ABSTRATO. CONCURSO DE



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1519
Proc.: 7526/93
Rubrica

AÇÕES - RESCISÓRIA E QUERELA NULLITATIS. OPÇÃO PELA RESCISÓRIA. CABIMENTO.

1. Alinhados os argumentos içados como hábeis a ensejar a apuração de que o julgado arrostado emergira de erro de fato passível de afetar a resolução que empreendera, alinhavando o autor, pois, causa de pedir compatível e apta a lastrear a pretensão desconstitutiva formulada por se enquadrar a causa de pedir numa das hipóteses que a legitimam, a apuração se o aduzido encontra respaldo material deve ser procedida em sede de exame meritório, e não sob o prisma da apuração das condições da ação por demandar a apreensão do vício inoculador revolvimento da resolução empreendida.

2. Emergindo a causa de pedir alinhavada como sustentação do direito rescisório invocado da subsistência de vício insanável maculando o processo no qual emergira a sentença rescindenda por ter transitado a ação sem o aperfeiçoamento do litisconsórcio necessário que lhe era inerente e citação de litisconsortes qualificados como necessários, denotando a incompletude da relação processual, afigura-se viável que seja perseguida sua desconstituição via de pretensão rescisória.

3. Conquanto emergindo da imputação de vício insanável ao processo do qual emergira a coisa julgada, ensejando a germinação de coisa julgada ilegal por ter derivado de violação de literal disposição normativa, legitimando a formulação de pretensão anulatória sob a forma da querela nullitatis, o fato de o vício também se enquadrar nas situações que legitimam a rescisão, pois coisa julgada ilegal é coisa julgada formada com violação à lei, confere lastro à opção da parte pela via rescisória, se manifestada dentro do prazo decadencial, obstando a afirmação da sua carência de ação derivada da alegação de inadequação da via instrumental eleita (CPC, art. 966, V). Precedentes do STJ.

4. Conquanto não encarte resolução volvida ao reconhecimento do direito demandado, pois tem como premissa a subsistência de vício insanável que maculara o processo originário, o acórdão que, em sede de ação civil pública, declara a nulidade de atos administrativos praticados no ambiente de concurso público, afetando diretamente o direito material dos candidatos beneficiados pelos atos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1520
Proc.: 7526/93
Rubrica

impugnados, podendo conduzir à sua exoneração, é passível de revolvimento pela via rescisória sob a premissa de que violara norma jurídica, notadamente porque a resolução que empreendera obsta a proposição de demandas individuais destinadas ao reconhecimento da legitimidade do certame e do direito subjetivo à investidura ostentado pelos reputados aprovados e investidos (CPC, arts. 966, § 2º, I).

5. O erro de fato apto a aparelhar a rescisão da coisa julgada é caracterizado quando a sentença admitir um fato inexistente ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido, consoante a regulação do art. 966, VIII, do estatuto processual vigente, sendo imprescindível para a qualificação do vício, em qualquer de suas variantes, que não tenha subsistido controvérsia nem pronunciamento judicial sobre o fato que teria ensejado o erro em que incidira o julgado.

6. Os elementos que guarnecem os autos é que se transmudam no universo dentro do qual deve ser prolatada a sentença e resolvido o conflito de interesses estabelecido entre os litigantes, não podendo fatos e documentos estranhos ao processo, consoante mezinha regra de direito processual, serem considerados para a resolução da causa, ensejando que, em tendo a sentença sido pautada pelo que emergia dos autos, não incorrera em erro de fato, infirmando a possibilidade de ser desconstituída por não estar acoimada por aludido vício, notadamente porque a interpretação das provas de conformidade com o princípio da persuasão racional e subsunção dos fatos à norma, não derivando da desconconsideração de fato existente ou do alinhamento de fato inexistente, não são passíveis de ser assimilados como erro de fato apto a conduzir à desconstituição da coisa julgada.

7. Conquanto, em regra, não seja necessária a formação de litisconsorte passivo necessário em ação que verse sobre questões pertinentes a concurso público, aviada ação civil pública com o objetivo de invalidação de todos os atos administrativos praticados na condução de certame concluído e encerrado, com a posse dos aprovados, ensejando a apreensão de que os afetados pela prestação almejada são identificados e terão o direito subjetivo afetado pela pretensão, a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fl.: 1521
Proc.: 7526/93
Rubrica

pretensão enseja a deflagração de situação em que os concorrentes investidos se qualificam como litisconsortes passivos necessários, devendo necessariamente ser integrados à relação processual, notadamente porque, diante dos efeitos preclusivos que a coisa julgada irradiará, não os assistirá direito de se valerem de instrumentos individualizados com o escopo de defender a legitimidade da sua investidura (CPC, art. 114).

8. Aviada e processada ação civil pública cujo desiderato fora a invalidação de atos praticados no ambiente de concurso público que resultara na reversão da posse e investidura dos concorrentes, a ausência de citação dos aprovados e investidos encerra vício insanável, maculando o trânsito processual e determinando a desconstituição da coisa julgada, pois, na conformidade do devido processo legal, ninguém pode ser privado dos seus bens ou direitos sem que esteja integrado à relação processual e exercite o direito à defesa que lhe é assegurado.

9. Ação rescisória admitida. Preliminares rejeitadas. Pedido acolhido. Unânime."

Penso que ao proferir a deliberação em destaque o e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios atentou para o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, previsto no inciso XXXV do art. 5º da CF/88, bem como para a possibilidade jurídica de eventuais demandas individuais, destinadas ao reconhecimento da legitimidade do certame disciplinado pelo Edital nº 228/93-IDR e do consequente direito subjetivo à investidura, resultarem em eventual provimento do cargo de Auditor Tributário por força de decisão judicial.

Noutro giro, com relação ao requerimento de **JOÃO CARLOS MACHADO, ANELLA OTTATI, MAURÍCIO JOSÉ PEREIRA E EDUARDO NASCIMENTO LIMA SOBRINHO** (fls. 1.042- 1.094) verifico que ocorreu a perda de seu objeto, por fato posterior, qual seja, a anulação, pela administração distrital, do Edital nº 10/06 e do Edital nº 11/06, publicados, respectivamente, no DODF de 15.09.2006 e de 25.09.2006, o que leva ao indeferimento do pedido de sustentação oral formulado pelos requerentes.

Finalmente, registro que pendem de exame os documentos encaminhados pelo **SINDICATO DA CARREIRA DE AUDITORIA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL – SINAFITE-DF** (fls. 1.446/1.476).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

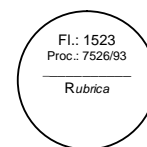
Fl.: 1522
Proc.: 7526/93
Rubrica

Ante o exposto, acolhendo, parcialmente, as manifestações harmoniosas da **SEFIPE** e do **Ministério Público de Contas do Distrito Federal**, **VOTO** no sentido de que este egrégio Plenário:

- I - levante o sobrestamento conferido ao feito por meio da Decisão nº 3.262/2009;
- II - tome conhecimento:
 - a) do trânsito em julgado da Ação Civil Pública nº 2004.01.1.098849-6, da Ação Rescisória nº 0701093-29.2016.8.07.0000, do Mandado de Segurança nº 2007.00.2.000440-3 e do Processo nº 2003.01.5.0100042/RESP STJ nº 730.934-DF, bem como da ADI nº 4.730- DF que ora tramita no Excelso **Supremo Tribunal Federal – STF** em face do art. 19, do art. 20 e parte do Anexo II da Lei distrital nº 4.717/2011 e da fixação de interpretação do art. 2º e do art. 15 do mesmo diploma legal;
 - b) do documento encaminhado pelo **Sindicato da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal – SINAFITE-DF** a este Tribunal (fls. 1.446/1476), alertando-se, desde já, que este ainda pende de análise de mérito; e
 - c) dos documentos de fls. 1.477/1.481, acostados aos autos pela unidade técnica.
- III - determine à **Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF** e à **Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG/DF** que, no prazo de 60 (sessenta) dias e com o auxílio da **Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF**, a quem compete prestar consultoria jurídica ao poder executivo distrital, nos termos da Lei Complementar distrital nº 395/2001, informem a este Tribunal de Contas as medidas que deverão ser adotadas pelo Governo do Distrito Federal, à luz do trânsito em julgado das ações judiciais mencionadas no item anterior, bem como do que se discute nos autos da ADI nº 4.730-DF/STF;
- IV - considere que o requerimento de **JOÃO CARLOS MACHADO, ANELLA OTTATI, MAURÍCIO JOSÉ PEREIRA E EDUARDO NASCIMENTO LIMA SOBRINHO** (fls. 1042-1094) perdeu seu objeto, tendo em conta a anulação, pela administração pública distrital, do Edital nº 10/2006 e do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Edital nº 11/2006, publicados, respectivamente, no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF de 15.09.2006 e de 25.09.2006, indeferindo-se, por via de consequência, o pedido de sustentação oral formulado pelos requerentes; e

- V -** dê conhecimento da presente decisão à **Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SEF-DF**, à **Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEPLAG-DF**, à **Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF**, aos senhores (as) **JOÃO CARLOS MACHADO, ANELLA OTTATI, MAURÍCIO JOSÉ PEREIRA E EDUARDO NASCIMENTO LIMA SOBRINHO**, signatários de requerimento encaminhado a este Tribunal (fls. 1.042-1.094), bem como ao **Sindicato da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal - SINAFITE-DF**.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2018.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro Relator